

O índio negado e o índio desejado: a  
“pacificação” dos indígenas na cons-  
trução da identidade do Tocantins  
The Indian denied and the Indian  
desired: the “pacification” of the  
indigenous peoples in the construction of  
the identity of Tocantins

Reijane Pinheiro da Silva\*

**Resumo:** As reflexões aqui apresentadas objetivam identificar algumas representações dos povos indígenas do Tocantins presentes nas narrativas institucionais relativas à identidade do estado, especificamente nos produtos da Fundação Cultural do estado do Tocantins, que substitui a Secretaria de Cultura do Estado<sup>1</sup> e da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Foram analisados materiais de divulgação turística das belezas naturais e dos povos indígenas (*folders* e filmes), de divulgação dos saberes das populações locais (almanaques), o hino do Tocantins, o brasão da bandeira e livros sobre a “história” do estado. Uma inserção a campo, na aldeia Porteira do povo Xerente, permitiu registrar algumas interpretações nativas sobre o material em circulação. Outrora associados ao sertão selvagem a ser totalizado pela nação, os povos indígenas passam a ser a representação positiva dos traços pluriculturais do estado e das belezas naturais  
**Palavras-chave:** Povos indígenas; Tocantins; Narrativas; Identidade.

**Abstract:** The study here presented aims to identify some representations of the indigenous people of Tocantins, found in institutional narratives, related to the state identity, particularly in the products of the Cultural Foundation of the State of Tocantins, that substitutes the Department of Culture and the Department of Industry, Commerce and Tourism. Touristic materials reporting on the natural beauty spots and indigenous peoples (folders and films), the knowledge of the local indigenous peoples (almanacs) the anthem of Tocantins; the shield on the flag and books on the “history” of the State were examined. A field visit to Porteira village of the Xerente indigenous people, made possible the recording of some indigenous interpretations of these materials. Formerly associated with the wild hinterland to be totalized by the nation, the indigenous people have become the positive representation of multicultural traits of the state and its natural beauty spots.

**Key-words:** Indigenous people; Tocantins; Narratives; Identity.

\* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás, doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora de Antropologia da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: reipinheiro@hotmail.com.

O objetivo das reflexões aqui apresentadas é analisar a forma como os povos indígenas do Tocantins são apropriados pelo discurso institucional e legitimados como parte constitutiva da identidade do estado. Considerando a criação do Tocantins em 1988, a partir da divisão de Goiás, se faz pertinente identificar como o novo estado representa suas populações a fim de construir um discurso identitário. Interessa, especificamente, compreender a inversão nas representações dos povos<sup>2</sup> indígenas, que agora aparecem como a marca “pluricultural” do estado, positivamente associados à natureza e à sustentabilidade, quando outrora foram responsabilizados pelo atraso e “selvageria” do sertão goiano.

A pesquisa priorizou a análise de documentos arquivados na sede da Fundação Cultural do Tocantins, denominação da secretaria de cultura, em Palmas, TO, de material de divulgação turística da secretaria de indústria comércio e turismo e uma inserção em campo na aldeia Xerente Porteira, em Tocantínia, TO<sup>3</sup>, em dezembro de 2008. Foram objeto de análise o Almanaque Cultural do Tocantins (2002), *folders* de divulgação da cultura tocantinense no exterior, filmes de divulgação turística, livros elaborados por historiadores da secretaria de cultura com o objetivo de “contar a história do estado”, o hino e o brasão da bandeira, também produzidos por “encomenda” da mesma secretaria, e projetos de divulgação da cultura dos povos indígenas do estado. Na aldeia citada, a proposta foi comparar as imagens e referências em circulação nos produtos com algumas impressões nativas sobre essas imagens. Em síntese, registrar o olhar nativo sobre o discurso institucional em questão. Considerando que é característico da antropologia a inserção em campo, vale ressaltar que essa inserção tem seu sentido na defesa de que nossas teorias são construídas em contato com os dados e em diálogos interculturais. Confrontamos nossas teorias com as teorias nativas. Essa postura, constitutiva do fazer antropológico, caracteriza a disciplina por uma inerente disposição ao diálogo, que permite a substituição de conceitos e a constante autocrítica. Segundo Mariza Peirano (1995), os antropólogos não são informados apenas pelas teorias, mas pelo confronto entre o ponto de vista nativo e o ponto de vista do pesquisador. O confronto com a diferença, em todos os seus sentidos é, portanto, a marca fundante e motivadora da disciplina.

O estado do Tocantins foi criado por decreto em 1988, a partir da divisão de Goiás e incluído no que convencionalmente se classifica como Amazônia legal<sup>4</sup>. As diferenças entre o sul e o norte de Goiás, a miséria e o abandono em que se encontrava o norte e as diferenças identitárias fizeram parte dos argumentos utilizados pelos movimentos autonomistas

pra justificar a divisão. Os defensores do Tocantins apresentam uma condição a ser superada, qual seja a do atraso associado ao sertão, às matas e às populações que ocupavam e ainda ocupam a região, entre estas sertanejos, negros e indígenas. O norte, sertão distante e abandonado, estaria excluído da “família brasileira”, da nação, conforme texto abaixo citado por Cavalcante (jornal Folha do Norte, apud Cavalcante, 2002, p. 84):

Povo do Norte olha a quem serve o teu dinheiro, trabalha pra viver nobremente na tua pobreza e quando do fruto dos teus poucos recursos, entrega aos cofres a parte que te é exigida a título de imposto, não pense que o governo tenha em vista o conserto de tuas estradas ou abrir novas fontes de riquezas a teus filhos. Olha nortense, o vampiro que suga o teu sangue, repele-o para longe de ti. Fora dela ou então desligada de Goiás, tu poderás, rico também, te assentar ao lado dos prósperos no banquete da família brasileira.

As cisões e reivindicações separatistas no norte de Goiás têm origem, segundo Cavalcante (2002), em 1736, em um momento considerado pelos historiadores como transitório de uma economia aurífera para pecuarista. Os mineiros nortistas rebelaram-se contra a cobrança de um imposto de preço superior ao do sul. Para o historiador Luis Palacin (1972), esse movimento provocou um abalo irreparável na unidade regional fundando um sentimento separatista. Esse evento, no entanto, não se tornou recorrente na narrativa institucional acerca da autonomia, privilégio dado a outro acontecimento e a outro personagem: o movimento separatista da Comarca do Norte liderado por Joaquim Teotônio Segurado, em 1821. Em livro organizado pela secretaria de cultura, com fins de divulgação do Museu Histórico do Tocantins (Palacinho, 1999, p. 12), constam elementos indicativos dessa narrativa. Privilegiando figuras que seriam centrais, quais sejam: Teotônio Segurado e José Wilson Siqueira Campos<sup>5</sup>, o texto apresenta ações que, de alguma forma, indicam um descontentamento com o abandono da região, propondo sua emancipação. O enredo conduz à compreensão de que o sonho de Teotônio foi realizado por Siqueira Campos. Entre as referências às duas biografias, a de Teotônio, apresentada na abertura do texto, com páginas destacadas em laranja, e a de Siqueira Campos, apresentada no fechamento do texto, com páginas também destacadas na mesma cor, são apresentados alguns nomes e reações indicadas como separatistas.

Nomeado ouvidor da Capitania de Goiás em 1804, Segurando propôs o estabelecimento de uma linha comercial com o Pará através do Rio Tocantins. Suas ações e preocupações com a região Norte culminaram na criação da Comarca do Norte, em 1809, para a qual foi nomeado

ouvidor. Por considerar contrárias ao desenvolvimento do norte da Capitania de Goiás as decisões do capitão general e governador Manoel Inácio de Sampaio, Segurado, partidário da Revolução do Porto e inspirado nas idéias iluministas, liderou em 1821 um movimento de separação do norte de Goiás. Um governo independente foi então criado na região, conhecido como a Província da Palma, presidida por Segurado até que ele partisse para Lisboa em 6 de Janeiro de 1822, para assumir cadeira de deputado constituinte.

Com o retorno de Segurado a Portugal e a oposição da Junta Provisória do Governo de Goiás, a província é reunificada em 1823. Segundo o texto, no século XX, a continuidade da luta autonomista se deu através de movimentos de estudantes, de intelectuais nortistas e de alguns deputados eleitos pela região. A história contada via instituição, como podemos perceber, privilegia Teotônio Segurado e Siqueira Campos, autor do projeto de criação e então governador do estado em 1999, época da publicação do livro. Toda a narrativa é construída de forma a incluir Siqueira na luta pela separação do norte de Goiás, que teria começado ainda no século XIX, estabelecendo um elo entre dois personagens separados pelo tempo, mas apresentados como unidos pelo mesmo ideal.

Na década de 60, o movimento foi sustentado pela defesa isolada de alguns membros do legislativo estadual e de lideranças estudantis do norte, com destaque para a Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG). Na década de 80, pela Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (CONORTE). Importante ressaltar que, na narrativa apresentada sobre essas lutas e os seus respectivos líderes, é frequente a referência a mortes, como a do próprio Teotônio, que, ao retornar ao Brasil, é assassinado em 14 de outubro de 1831, na Vila de Palma, província de Goiás.

A característica épica da narrativa inclui a perseguição e morte de apoiadores do deputado Abílio Wolney “que fez tremer o chão de Vila Boa com seus discursos em defesa do povo dessa região” (Palacinho, 1999, p. 14), do assassinato de Trajano Coelho Neto, prefeito de Pium, GO, supostamente perseguido por produzir literatura em defesa da criação do estado e, finalmente, da greve de fome realizada por Siqueira Campos, por ocasião da apresentação do seu primeiro projeto de lei em 27 de junho de 1978, que propunha a criação do estado de Tocantins. Segundo o texto, a greve de Siqueira teve repercussão nacional, tornando conhecido o anseio regional pela separação. Como deputado constituinte, Siqueira Campos apresenta e vê aprovado o projeto de criação do estado, em 1988. O encerramento do texto ressalta “o mérito” de Siqueira e reforça o elo com Teotônio Segurado:

Em 15 de novembro de 1988, graças à sua luta, foi eleito primeiro governador do Estado. Foi reeleito governador em 1994 e 1998. Idealizou e criou também a nova capital do estado, Palmas. Dentre as várias condecorações, Siqueira Campos foi condecorado com a Medalha do mérito Judiciário do Trabalho. Ocupa a cadeira número 1 da Academia Tocantinense de Letras, cujo patrono é o Desembargador Joaquim Teotônio Segurado. (Idem, p. 17).

Em todas as outras referências à história da criação do estado identificadas na pesquisa, o então governador Siqueira Campos é elevado à condição de herói da mesma estirpe de Teotônio Segurado. Não aparecem os movimentos sociais citados pelos historiadores, como a rebelião dos mineiros no século XVIII, nem conflitos agrários do século XX<sup>6</sup>, que chamaram a atenção para a região conhecida como Bico do Papagaio, no extremo norte do estado. A guerrilha do Araguaia, na década de 1970, incluiu a região nos debates acerca da segurança nacional e reacendeu as discussões sobre as possibilidades de criação de um novo estado a partir da divisão da região norte de Goiás. A guerrilha, especialmente, mudou as relações entre o Estado brasileiro e a região. Foram mobilizadas forças militares a fim de aniquilar o movimento, que se propunha a iniciar uma revolução armada contra a ditadura militar a partir do campo.<sup>7</sup> A ocorrência de intensos conflitos entre fazendeiros, que na maioria das vezes também eram os dirigentes locais, e pequenos agricultores, pode ser atribuída, entre outros motivos, à ausência do Estado na fiscalização e no cumprimento das leis. A grilagem de terras, o trabalho escravo e a violência, mantidos no silêncio imposto pela distância da capital, fizeram da região norte de Goiás uma terra sem lei e sem Estado, submetida às regras do jaguncismo a serviço dos “coronéis” locais.

As narrativas oficiais desconsideram esse contexto ao inventar os heróis oficiais da autonomia e ao idealizarem as populações nativas da região. O hino do estado, com letra de Liberato Póvoa (2000), oficializado pela lei estadual número 977, de 31 de dezembro de 1988, sintetiza a narrativa mítica da “luta autonomista”, apontando os sujeitos principais desta: “de Segurado a Siqueira”, além de fazer referência “ao povo forte do sofrido norte”, agora Tocantins, às belezas naturais e a um povo indígena (Xerente). Como constatamos, essas significações são recorrentes nos produtos da secretaria de cultura, entre o período de 1988-2002. Indicam elementos de uma identidade antes sofrida, agora redimida pela coragem do povo e de heróis como Teotônio Segurado e Siqueira Campos, e motivada pela “alma Xerente”.

O sonho secular já se realizou  
Mais um astro brilha dos céus aos confins  
Este povo forte  
Do sofrido Norte  
Teve melhor sorte  
Nasce o Tocantins!

Levanta altaneiro, contempla o futuro  
Caminha seguro, persegue teus fins  
Por tua beleza, por tuas riquezas,  
És o Tocantins.

Do bravo Ouvidor a saga não parou  
Contra a oligarquia o povo se voltou,  
Somos brava gente,  
Simples mas valente,  
Povo consciente  
Sem medo e temor.

De Segurado a Siqueira o ideal seguiu  
Contra tudo e contra todos firme e forte,  
Contra a tirania  
Da oligarquia,  
O povo queria  
Libertar o Norte!

Teus rios, tuas matas, tua imensidão,  
Teu belo Araguaia lembram o paraíso.  
Tua rica história  
Guarda na memória,  
Pela tua glória  
Morro, se preciso!

Pulsa no peito o orgulho da luta de Palmas  
Feita com a alma que a beleza irradia,  
Vejo tua gente,  
Tua alma Xerente,  
Teu povo valente,  
Que venceu um dia!

No brasão da bandeira do estado há uma frase atribuída a Sepé Tiaraju<sup>8</sup> “*CO YVY ORE RETAMA*”, que significa “essa terra tem dono”. Interessante observar que dois elementos fundamentais da simbologia identitária do Tocantins, o hino e o brasão, ambos produzidos “por encomenda” da secretaria de cultura do estado, contêm referências aos povos indígenas. Há, portanto, uma herança legitimada, um índio do

passado que é desejado como parte da constituição de uma identidade de lutas e resistência. É igualmente frequente nos discursos a associação do sul de Goiás com o moderno, em oposição e em detrimento ao norte, atrasado. Segundo Lima e Sena (2005, p. 40), as representações construídas sobre as regiões do Brasil estabelecem essa dualidade:

Na narrativa da nação brasileira, o descompasso entre o Brasil Moderno e o Brasil tradicional é relacionado a distintas espacialidades e temporalidades e também a formas específicas de organização social e de cultura. Em Euclides da Cunha (1902), autor paradigmático do pensamento social brasileiro, o dualismo do Brasil encontra a expressão na oposição litoral/sertão, categorias que descrevem tanto uma bipartição geográfica quanto uma diferenciação cultural entre estas distintas áreas do espaço nacional. E essas categorias classificatórias distinguem no espaço territorial as áreas e os repertórios culturais que pertencem plenamente ao espaço nação e aquelas outras que ainda o serão, quando se completar o processo de conquista e civilização.

As populações que ocupavam o norte seriam a síntese do atraso a ser superado. Índios e sertanejos foram muitas vezes responsabilizados pelas condições desfavoráveis ao desenvolvimento capitalista que caracterizavam a região. Nos relatos de viajantes como Pohl (1951) e de etnólogos como Nimuendajú (1942), o que se descreve é um processo de decadência populacional. O que se espera com a autonomia é que esse sertão, norte, seja totalizado pela nação. De acordo com a perspectiva apresentada pela antropóloga Candice Vidal e Souza (1997), a categoria fronteira é construída discursivamente quando se propõem práticas governamentais para ocupar e englobar o sertão. O que era sertão vira fronteira, a exemplo do Tocantins, como aparece especialmente nos discursos dos construtores de Palmas, capital do estado, também analisados pela autora. A fronteira, no entanto, precisaria ser “desinfectada” dos seus habitantes indesejados. Dessa forma, entre as tentativas de acelerar o extermínio dos povos indígenas de Goiás, estão a contaminação proposital por bexiga e o envenenamento das águas com estricnina (Ribeiro, 2005). São inúmeras as referências à necessidade de se combater a selvageria dos “silvícolas” do norte de Goiás. Nos relatórios dos governos da província, correspondentes ao período de 1850 a 1853, o presidente da província de Goiás em 1853, Francisco Mariani (1996, p. 245, 246), apresenta as providências que tomou para combater o “bárbaro gentio”, no caso em questão, os Avá Canoeiros,

Não é só o bacamarte, ou o punhal do sicário que dizima a nossa população pacífica: o feroz canoeiro também continua a cobrar o seu tributo de sangue. Este bárbaro gentio, que alguns anos vagava so-

mente pelo espaço que medeia entre o Tocantins e o Araguaia, foi pouco a pouco estendendo as suas correrias: e hoje em dia já levão os seus estragos até a chapada dos veadeiros e as vertentes do Maranhão [...]. Para rebater esses ataques, puz á disposição do mesmo subdelegado o destacamento estacionado na Villa de Pilar e authorizei ao delegado de Santa Luzia para fazer as despesas necessárias com a sustentação de uma escolta encarregada de idêntico serviço. [...] Os nossos antepassados com animo exforçado conquistarão a numerosas hordas de indígenas quasi o dobro do território que habitamos. Hoje meia dúzia de arcos de uma pequena tribo espalha o terror em qualquer de nossas povoações [...] Essa força convenientemente distribuída para acudir com presteza a qualquer acometimento dos selvagens, há de conte-los pela certeza de um prompta repressão aos seus atos de barbaria; e patrulhando de continuo por entre as matas mais freqüentadas por elles, il-os à habituando ao nosso contato, ou conseguirá com sua vigilância afungental-os para longe, deixando-nos a tranqüila possessão de férteis terrenos tão próprios para a lavoura e criação de gados.

Como apresenta Mellati (1967), em pesquisa sobre o povo Krahô, na década de 1960, a representação dos indígenas na sociedade regional é marcada pelo preconceito, sem dúvida resultado dos embates sistemáticos entre estes e os criadores de gado, que seguiram os desbravadores bandeirantes e mineiros ao longo do século XVII, invadindo, paulatinamente, as terras já ocupadas pelos povos indígenas. O autor apresenta que, em síntese, os índios são vistos como preguiçosos e propensos ao furto, sujos e ignorantes. Essa leitura, segundo o autor, justifica a cobiça pelo território indígena e desconsidera completamente os sentidos nativos em questão. Durante a inserção a campo na aldeia Porteira, em Tocantínia, TO, atestamos, em passagem por aquela cidade, que essas representações permanecem e a elas se somam as ideias do indígena que “gosta muito de dinheiro e de pinga”. Os entrevistados não índios apontaram a praça central da cidade onde, segundo eles, os índios dormem embriagados. A praça, no entanto, também é o local onde os indígenas das aldeias Xerente se encontram para, nas segundas-feiras, negociarem seu artesanato e aguardarem a resolução de problemas burocráticos na cidade. As referências aos “carrões” usados por indígenas, na verdade *pick-ups* compradas pelo programa de compensação ambiental Xerente (PROCAMBIX)<sup>9</sup>, na versão dos populares confirma a tese de que o “governo dá muito dinheiro pros índios”. São frequentes também os argumentos de que as terras reservadas a eles são pouco aproveitadas, impedindo o desenvolvimento econômico da região. A despeito das referências institucionais, os preconceitos e resistências permanecem e podem



ser facilmente atestados nas cidades tocantinenses que circundam as terras indígenas do estado.

Na análise da construção discursiva sobre o Tocantins, é possível identificar, em primeiro lugar, a tentativa de dar um sentido único aos movimentos separatistas, produzindo uma continuidade, uma narrativa mítica cuja invariante é a luta pela emancipação. Em segundo lugar, a constituição de mitos fundadores do estado, associando a essa narrativa nomes como Teotônio Segurado e Siqueira Campos, cultuados através do hino do estado, de datas comemorativas e monumentos. Em terceiro, a necessidade de se dizer quem são os tocantinenses, de legitimar, ainda que discursivamente, as expressões do seu modo de vida, crenças, ritos e saberes. É nesse contexto que os povos indígenas do Tocantins, que vivem desde os primeiros contatos no século XVIII o dilema de integração e preservação, passam a ser reivindicados como representação dos traços pluriculturais do estado, apresentados como tocantinenses, homogeneizados e integrados, pacificados pelo discurso institucional. Antes negados, associados ao sertão selvagem, agora afirmados, associados a uma pluriculturalidade positivamente considerada. Nos registros anteriores à criação do Tocantins, as referências às populações indígenas estão perpassadas pelas concepções dominantes da necessidade de superação do atraso em nome do progresso. As narrativas presentes nos documentos e produtos da secretaria do estado apresentam um sertão positivo, com suas populações nativas, sertanejos, indígenas e negros. O que se negava anteriormente passa a ser legitimado como autêntico e original. Há uma clara associação dos indígenas com as belezas naturais, sempre representados de forma generalista. Há também a atribuição de características morais positivas como altivez, coragem e disposição para a luta.

Em documento intitulado “Levantamento do Potencial Turístico” (Secretaria da indústria, comércio e turismo, 2000, p.31) inclui-se um significativo registro da presença indígena no estado em item genérico intitulado “Cultura Indígena”. O texto de abertura diz: “A cultura indígena, rica nas suas expressões simbólicas, também compõem o patrimônio do Tocantins, revelando que o Estado convive historicamente com o pluriculturalismo, mesmo que a sociedade não tenha despertado para a convivência solidária com a cultura do diferente”. O periódico *Almanaque Cultural do Tocantins* (2002) foi uma das primeiras publicações da secretaria de cultura com o objetivo de registrar e divulgar traços culturais das populações que ocupam o estado. No formato dos almanaques populares produzidos na Europa, no século XIX, e no Bra-

sil, no século XX, como almanaques farmacêuticos, aparecem registradas as festas identificadas como tradicionais, rezas e simpatias populares, culinária, mitologias, artesanato, expressões regionais, além dos eventos promovidos pela secretaria de cultura durante o período da sua publicação. Todos os exemplares trazem a seção Cultura Indígena. É possível perceber que essa seção intercala mitos, culinária, artesanato, e as principais festas anuais. Em folder de divulgação da primeira edição dos jogos indígenas do Tocantins (Fundação Cultural, 2006), o texto da página de abertura apresenta o convite “Participe e celebre a cultura tocantinense”. Na parte interna, primeira folha, a apresentação menciona a política “interracial” do governo:

Os jogos dos povos indígenas do Tocantins nascem da motivação coletiva das comunidades indígenas e não indígenas e da iniciativa do governo do estado do Tocantins, com o apoio do governo federal através do ministério do esporte. [...]. Um evento ímpar por vários aspectos, que incluem a interação entre a população em geral com esses povos, suas crenças e seus costumes; e pela possibilidade de se criar espaços anuais que busquem a troca de experiência, a celebração e a ludicidade, correspondendo assim à política inter-racial defendida pelo governo do estado.

A inserção em campo nos permitiu perceber que, a despeito do que aparece no material pesquisado, representantes do povo Xerente criticam severamente a ausência de políticas de assistência à saúde e educação na área. Após assistirem ao vídeo “Conhecendo e Preservando as Culturas Indígenas do Tocantins” e analisarem um folder sobre a cultura popular e patrimônio cultural do estado, dois indígenas comentaram seus sentimentos em relação aos produtos apresentados. Ressalta-se que o *folder* continha fotos de manifestações culturais do estado: rezas, romarias, danças, arquitetura e apresentava os Karajá da Ilha do Bananal, na festa Hetohoky<sup>10</sup>.

Com a gravação eu me identifiquei, pois é algo que faz parte da nossa cultura. É a cultura da gente que aparece, a filmagem da aldeia mostrou o meu povo. A gente sente isso assim forte. Qualquer um sente isso. Se alguém aqui do Tocantins sai fora do Brasil e vê algo sobre o seu estado vai sentir também. Quando vê imagens pela televisão vai sentir saudades. A gente não consegue ficar usando roupa emprestada. Quando a coisa é da gente a gente tem o apego que é da natureza. É como usar roupa emprestada, a gente se sente super incomodado. É como a cultura, cultura é uma coisa forte, sagrada. Não deveria jamais ser massacrada.

O folder me pareceu improvisado. Quiseram mostrar timidamente, poderiam ter colocado os demais indígenas. Ali mostra como se a

gente tivesse parado no tempo. A gente tá caminhando pra frente, não pra deixar de ser índio, mas pra enfrentar o desafio claro todo o dia. O que tem que ser trabalhado hoje em dia com os indígenas. Apesar de estarmos cursando o curso superior, usar o celular ou o computador isso não significa que a gente tá deixando de ser índios não. Tem que ser apresentado o passado e a realidade, o que a gente vivencia. Existem parabólicas, rádios. Antes a gente se comunicava de forma diferente, antes com sinais no sol, provocado por raízes e ritos mágicos, os mais velhos sabiam avisar na outra aldeia que eles estariam indo. Hoje em dia é o rádio, o telefone. A gente usa, mas não deixa de ser índio. O não indígena pode até falar que eu não sou índio, mas ele pode falar isso por uma definição etnocêntrica. Isso de certa forma incomoda, mas temos que saber que nem todo mundo tem nível pra entender o outro e as diferenças.<sup>11</sup>

Eu não me vi ali no folder, porque, seria interessante se tivesse o povo Xerente, nós somos os mais próximos a Palmas, preservamos a nossa cultura deveríamos aparecer mais. Em termo de cultura a gente tem que preservar. Igual a UFT é uma das que tá mais preocupada, interessada, em saber a dificuldade que a gente tem, buscar, passar informação pros não indígenas.<sup>12</sup>

Ao ser questionado sobre os “programas” do governo estadual voltados para os povos indígenas, propagandeados no material de divulgação turística do Estado, Vilmar Xerente afirma que o único que existe efetivamente é o da educação, mas o financiamento é responsabilidade do Ministério da Educação.

O único projeto é o da educação, mas não é do Estado é do MEC. Só foi passado pra responsabilidade do Estado. Fora esse não conheço outro projeto sendo executado pelo Estado. Uma vez participei de uma rápida reunião entre o prefeito, o governador e deputados. No dia que a capital se transfere pra Miracema. Um dia fiquei assuntando os discursos, todos discursaram. Em uma fala do governador ele disse: os 139 municípios do Tocantins estão inseridos no programa de desenvolvimento econômico sustentável do estado do Tocantins. Aí me veio rapidamente a interrogação: e para as comunidades indígenas será que tem alguma aldeia inserida no projeto?. Eu pude concluir o quanto estamos sempre fora dos projetos do governo. Não conheço nenhum projeto. No folder aparece os povos indígenas como se eles estivessem parados no tempo. Pra nós não significa que paramos no tempo. Pra sociedade capitalista sim, pois ela que quer vender essa imagem do índio congelado.

Segundo Vilmar Xerente, a identidade do seu povo está sendo representada como algo do passado. Ele diz que a referência “Alma Xerente”, no hino do estado, faz alusão a um povo que desapareceu e agora é “a alma” do estado e não mais um povo vivo: “O Xerente vivo

não interessa mais, seria melhor que ele tivesse desaparecido, pois incomoda, cobra do estado que não se faz presente na área Xerente, cobra espaço nos poderes públicos e nos espaços de formação”. O cacique da aldeia Funil, situada a 10 quilômetros de Tocantínia, TO, de passagem pela aldeia Porteira quando da nossa presença, nos convidou a conhecer o posto de saúde de sua aldeia. Afirmou que o teto pode cair a qualquer momento e que o posto de Tocantínia, TO, não atende aos indígenas de forma adequada. No hospital mais próximo, em Miracema, TO, os doentes precisam esperar horas para serem socorridos. A alternativa de buscar socorro em Palmas, TO, (capital do estado) não existe, pois há um único carro para atender a todas as aldeias.

É possível constatar, a partir da análise do material visto pelos indígenas e produzido pela secretaria de cultura e secretaria da indústria, comércio e turismo, que os povos indígenas são também apresentados como um dos muitos atrativos turísticos naturais do estado. Em DVD intitulado Brasil Tocantins, o Coração da Natureza (2008), são apresentadas cachoeiras, parques de reserva biológica, a Ilha do Bananal, o Jalapão e o povo Karajá. A narração que acompanha a apresentação da Ilha do Bananal cita que o povo Karajá são os habitantes da ilha, sobrepondo imagens de animais como onças às dos indígenas. A última cena foca o rosto de uma criança Karajá e encerra com a frase: “Tocantins, o coração da natureza”.

Considerando que as representações dos povos indígenas brasileiros transitaram entre a selvageria e o romantismo e hoje estão associadas à sustentabilidade, é possível afirmar que é na ideia de “preservação da natureza” e na associação dessa atitude aos povos indígenas, que se sustenta a associação publicitária e identitária do estado a esses povos. No hino do estado a coragem e a resistência do povo tocantinense aparece como herança Xerente, um elemento frequentemente associado aos povos indígenas brasileiros. A ideia de que os indígenas são fortes e guerreiros perpassa representações presentes em material didático, filmes, novelas e na literatura romântica nacional. O poema de Gonçalves Dias (1969) marca essa perspectiva, a idealização de um caráter nacional fortemente marcado pela herança indígena.

Meu canto de morte,  
Guerreiros, ouvi:  
Sou filho das selvas,  
Nas selvas cresci;  
Guerreiros, descendo  
Da tribo Tupi.

Da tribo pujante,  
Que agora anda errante  
Por fado inconstante,  
Guerreiros, nasci;  
Sou bravo, sou forte,  
Sou filho do Norte;  
Meu canto de morte,  
Guerreiros, ouvi.

Considerar a produção dos discursos acerca da identidade tocantinense implica privilegiar um dos espaços de construção dessa identidade que, no estado, se refere às instituições governamentais responsáveis por pensar a cultura no estado. Segundo Hall (2000, p.109): “É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”. O autor considera que as discussões contemporâneas relativas à identidade convergem para a crítica à possibilidade de uma identidade integral, originária e unificada. Dessa, forma as identidades são sempre fragmentadas e fraturadas:

Não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. Ela não é nunca completamente determinada no sentido de que se pode sempre, ganhá-la ou perdê-la; no sentido de que ela pode ser sempre sustentada ou abandonada.

É neste sentido que se tornam significativas as narrativas que afirmam como genuína a cultura sertaneja e como importante a preservação das culturas indígenas, pois indicam a oscilação do discurso referente a essas categorias. A historicização desses discursos permite perceber o quanto as produções institucionais estão vinculados aos contextos ideológicos em que são produzidas. O Tocantins “nasce” no momento da promulgação da constituição de 1988, resultado de um denso debate em torno dos direitos das chamadas minorias, articulado pelos movimentos sociais e pela assembleia constituinte. Em âmbito internacional, organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo Ramos (2004, p. 12), “acatavam as demandas dos povos indígenas de todo o mundo, os índios brasileiros, ainda novatos nos jogos políticos do Ocidente, tiveram extraordinário sucesso ao pressionar o Estado brasileiro a rever suas políticas indigenistas”.

Acreditamos que esse contexto é revelador das opções discursivas adotadas pela secretaria de cultura do Tocantins e, sem dúvida, se vincula a uma preocupação imposta pelos organismos financiadores, tanto internos quanto externos, direcionados para a ampliação das políticas de valorização da diversidade cultural. Ramos (Idem), ao analisar a relação entre nação e pluralismo cultural no Brasil, faz referência à preocupação do Estado brasileiro com a sua imagem externa, indicando como essa preocupação beneficiou os povos indígenas:

Um dos aspectos que mais favoreceram os povos indígenas foi a grande sensibilidade do Estado brasileiro com relação à sua própria imagem externa. Ameaças de denúncias a agências internacionais converteram-se em poder de barganha para os índios. Na década de 1980, o Banco Mundial, entre outros, no esforço de mostrar uma cara humana, abriu as portas às reivindicações indígenas e demandou dos Estados clientes uma série de condições que incluíam medidas de proteção aos povos indígenas afetados por projeto de desenvolvimento, gestos não passassem de fachada, eles tiveram algumas conseqüências importantes. Temendo os cortes nos empréstimos dos bancos multilaterais, devido ao desleixo para com os povos indígenas, o Brasil foi forçado a demarcar uma quantidade de terras indígenas e fornecer um mínimo de assistência de saúde. Em outras ocasiões, os financiamentos foram simplesmente cortados, como no caso da cadeia de hidrelétricas no rio Xingu, depois do bem sucedido bloqueio orquestrado pelos Kayapó que, em 1989, organizaram uma gigantesca demonstração de protesto vastamente divulgada pelos meios de comunicação nacionais e internacionais.

Não se construíram, nos 22 anos de existência do Tocantins, políticas efetivas de assistência às populações indígenas que reconheçam e respeitem a diversidade que os constitui. O que temos são evidências de um discurso de valorização do pluriculturalismo como argumento publicitário e atrativo turístico. Repete-se a velha fórmula da exotização como atrativo e constrói-se um texto que, nas entrelinhas, convida as pessoas a conhecerem o Tocantins, uma vez que aqui ainda poderiam ver uma natureza intocada, onde indígenas viveriam harmonicamente, como sintetiza o professor Pedro Xerente<sup>13</sup>

A gente aparece nos vídeos vivendo em um mundo de paisagens bonitas, felizes. A verdade é que os grandes projetos, como a usina de Lajeado, mudou o Rio Tocantins e agora não temos mais peixes e não podemos mais plantar nas vazantes do Rio. Deram um pouco de dinheiro, como se fosse resolver o nosso futuro. Agora o dinheiro acabou, o que vai ser do Povo Xerente? Não temos saúde, a educação é fraca, e os prejuízos da usina vão ficar para sempre, mas o dinheiro do PROCAMBIX já acabou.

Esse indígena idealizado é apresentado, ainda, como parte de uma história heroica e de resistência. Nas palavras de Alcida Ramos (2004, p.8): “O índio bom é o primeiro habitante do país, metamorfoseado em ícone ancestral que deu seu suor e sangue para fertilizar o que seria o nascimento da nação brasileira”. Poderíamos afirmar que é esse o índio desejado, o que faz parte de um passado e que teria nos legado elementos fundantes do caráter nacional como a altivez e a resistência. Esse indígena do passado não corresponde aos que transitam nas cidades, nos espaços públicos e universidades e que reivindicam demarcação de terras e questionam os grandes projetos de desenvolvimento que afetam diretamente sua sobrevivência e suas práticas tradicionais. Por isso são frequentes os argumentos que afirmam, na contramão dos conflitos causados pelas demandas indígenas, que estes se tornaram capitalistas, que negociam madeiras, que não são mais índios. Não é esse índio real que habita os “sonhos nacionais”. Esse é agente, exige espaço e direitos e ao invés de desaparecer diante do avanço da civilização, tem aumentado significativamente seu contingente populacional no Brasil, além de articular e exigir presença nas decisões relativas aos seus interesses e a sua sobrevivência. O processo de “pacificação” discursiva dos indígenas do Tocantins implica a invenção de um modelo ideal de nativo. Desconsidera-se o indígena real, produz-se um discurso que reifica o imaginário do índio do passado, “alma do estado”, contribuindo para que se mantenha a distância, estabelecida historicamente, entre a sociedade envolvente e os povos indígenas do estado.

## Notas

<sup>1</sup> A secretaria de cultura do estado foi extinta em de 04 de abril de 2002, pelo então governador José Wilson Siqueira Campos, quando também foi instituída a Fundação Cultural do estado do Tocantins, a fim de cumprir o papel de instituição responsável pela cultura no estado.

<sup>2</sup> Os povos indígenas citados nos documentos da secretaria de cultura do estado são: Krahô, Khahô Canela, Xerente, Apinajé, Karajá, Javaé e Xambioá. São esses também os povos reconhecidos pela Fundação Nacional do Índio, como povos do estado. É preciso indicar, no entanto, que não há consenso entre os estudiosos do grupo Karajá que Karajá, Xambioá e Javaé sejam povos distintos. Segundo Giralдин (2002, p.127), a atribuição nativa está definida pela posição em relação de cada grupo em relação ao Rio Araguaia. Os que ocupam a região mais ao sul são denominados o “povo de cima” (Os Karajá), sendo que o “povo do meio” são os Javaé e o “povo de baixo” são os Xambioá. Ressaltamos que, aos fins deste artigo, consideraremos a classificação dada nas narrativas da secretaria, que são o objeto de análise deste trabalho.

<sup>3</sup> Considerando as intenções do artigo e as limitações financeiras da pesquisa, realizamos a pesquisa de campo somente entre o povo Xerente.

<sup>4</sup> A grande maioria dos povos indígenas apresentados na literatura antropológica como “Índios do Brasil Central” ocupam agora um estado da região norte.

<sup>5</sup> José Wilson Siqueira Campos foi o autor do projeto de lei que criou o estado do Tocantins. Foi eleito governador por três mandatos e é candidato a governador no pleito de 2010.

<sup>6</sup> Ver Palacin (1990). Entre os movimentos sociais que ocorreram no antigo Norte de Goiás destacam-se a Revolta de Trombas e Formoso, entre 1950 e 1957, intermediada pelo Partido Comunista do Brasil (ABREU, 1985), a Guerrilha do Araguaia entre 1972 e 1975 (Filho, 1997) e os movimentos de trabalhadores rurais ligados à Comissão Pastoral da Terra, organização ligada à Igreja Católica, na década de 1980 (Sader, 1986).

<sup>7</sup> Ver Portela (2002).

<sup>8</sup> Sepé Tiarajú, indígena guarani aldeado nas Missões Jesuítas da fronteira sul do Brasil, comandou as tropas missioneiras nas batalhas contra as forças portuguesas e espanholas (1756), que se articularam para expulsar os jesuítas do Brasil, por ocasião do Tratado de Madri, de 1750.

<sup>9</sup> O programa de compensação ambiental Xerente (PROCAMBIX) foi criado como contrapartida depois da construção da usina hidrelétrica de Lajeado, TO, em 2000. A obra afetou direta e indiretamente as duas reservas indígenas Xerente do Tocantins. Entre os objetivos do projeto estavam o incentivo à criação de peixes, a instalação de roças mecanizadas e o fortalecimento da cultura Xerente.

<sup>10</sup> Rito de iniciação masculino do povo Karajá.

<sup>11</sup> Vilmar Xerente. Aluno do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, em entrevista concedida no dia 07 de dezembro de 2008.

<sup>12</sup> Alexandre Xerente. Aluno do curso de Serviço Social UFT, em entrevista concedida no dia 06 de dezembro de 2008.

## Referências

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ABREU, Sebastião de Barros. *Trombas: a guerrilha de José Porfírio*. Brasília: Goethe, 1985.

BHABA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BRASIL. Fundação nacional do índio. Investco S.A. *Programa de compensação ambiental Xerente*. Palmas, 2001. 200p.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações. In: GIRALDIN, Odair (Org). *A (trans) formação história do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2002. p. 49-88.

CONHECENDO e preservando as culturas indígenas do Tocantins. [videocassete] Produção: Lídia Soraia Liberato Barroso, Eliane Castro de Souza. Coordenação:



- Joana Euda Barbosa dos Santos. Palmas: Fundação cultural do estado do Tocantins, [S.d], 1 fita de vídeo (43 min, 12 seg), VHS.
- DIAS, Gonçalves. Juca Pirama. In: \_\_\_\_\_. *Antologia poética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969.
- FILHO, Romualdo Campos. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- GIRALDIN, Odair (Org.). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.
- GOMES, Antônio Joaquim da Silva. Relatório da província de Goiás. In: \_\_\_\_\_. *Memórias goianas*. Goiânia: Ed. UCG, 1996. p.220-235.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.
- LIMA, N. C.; SENA, C. S. Regiões e regionalismos. In: MOURA, Ana Maria S.; SENA FILHO, Nelson (Org.). *Cidades: relações de poder e cultura urbana*. Goiânia: Vieira, 2005. p. 35-48.
- LIMA, Nei Clara. *Narrativas orais: uma poética da vida social*. Brasília: Ed. UNB, 2003.
- MARIANI, Francisco. Relatório que a assembléia legislativa de Goiás apresentou na seção ordinária de 1853 ao Exmo. Presidente da província doutor Francisco Mariani. In: GOMES, Antônio Joaquim da Silva. *Memórias goianas*. Goiânia: Ed. UCG, 1996. p 239-271.
- MAYBURY-LEWIS, David. *O selvagem e o inocente*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. \_\_\_\_\_. *A sociedade Xavante*. São Paulo: Francisco Alves, 1984.
- MELATTI, Júlio César. *A situação dos craôs na área pastoril do Tocantins*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1967.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *The Sherente*. Los Angeles: The Southwest Museum, 1942.
- O CORAÇÃO da natureza. Produção: Videlolar S.A. Realização: Secretaria da indústria, comércio e turismo do estado do Tocantins. Local: Manaus, dezembro de 2008.
- PALACIN, Luis G. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Loyola, 1990. \_\_\_\_\_. *Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. Goiânia: Secretaria da Educação e Cultura, 1972.
- PALACINHO Museu Histórico do Tocantins. Palmas, TO, 1999. 20 p.
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- POHL, J. Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1951.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.
- PÓVOA, Liberato. *Letra do hino do estado do Tocantins*. Palmas, 2000. Disponível em: <[www.brasilrepublica.com/tosimbolos.htm](http://www.brasilrepublica.com/tosimbolos.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

RAMOS, Alcida Rita. O pluralismo brasileiro na berlinda. *Série Antropologia*, Brasília, n. 353, p. 1-17, 2004.

\_\_\_\_\_. O índio hiper-real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.28, n.10. p. 5-14, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

SADER, Maria Regina da Cunha Toledo. *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. 1986. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 1986.

SAHLINS, Marshall. *História e cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SILVA, Aracy Lopes da; FARIAS, Agenor T. P. Pintura corporal e sociedade, “os partidos” Xerente. In: VIDAL, Lux (Org.). *Grafismo indígena*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1992. p. 89-116.

TOCANTINS (Estado). *Levantamento do potencial turístico*. Palmas: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Tocantins, 2000. 50p.

\_\_\_\_\_. *Danças do Tocantins*. Palmas: Fundação Cultural do Estado do Tocantins, 2002. 1 folder. Apoio: Ministério da Cultura.

\_\_\_\_\_. *I Jogos Indígenas do Tocantins*. Palmas: Fundação Cultural do Estado do Tocantins, 2006. 1 folder. Apoio: Fundação Nacional do Índio, Fundação Nacional de Saúde, Universidade Federal do Tocantins, Comitê Intertribal, Prefeitura de Palmas.

\_\_\_\_\_. *Conhecendo e preservando as culturas indígenas do Tocantins*. Palmas, Fundação Cultural do Estado do Tocantins, [S.d]. 120 p.

\_\_\_\_\_. *Almanaque cultural do Tocantins*. Palmas: Fundação Cultural do Estado do Tocantins, 2002.

VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

SENA, Custódia Selma. *Interpretações dualistas sobre o Brasil*. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

**Recebido em 8 de abril de 2010**

**Aprovado para publicação em 1 de julho de 2010**